

## Artigo

# Um olhar psicanalítico acerca do autismo: revisão bibliográfica

Jéssica Santos; Letícia Vier Machado; Eliane Domingues

**Resumo.** O presente artigo é uma pesquisa de revisão de literatura, com o objetivo de identificar algumas das principais hipóteses explicativas sobre o autismo na psicanálise e as suas contribuições no que diz respeito ao seu tratamento. A busca foi realizada nas bibliotecas virtuais Pepsic e Scielo, sendo incluídos artigos escritos em língua portuguesa, publicados no período de 2012 a 2017. Vinte e três artigos foram selecionados e analisados, buscando-se identificar as hipóteses psicanalíticas sobre o autismo, propostas de tratamento, objetivos, métodos, principais resultados e conclusões. Constatamos que os autores mais citados foram Jacques Lacan, seguido por Jean-Claude Maleval, Marie Christine Laznik, Alfredo Jerusalinsky e Maria Cristina Kupfer, todos autores mais ou menos identificados ao referencial lacaniano. No que diz respeito às hipóteses explicativas, encontramos hipóteses sobre a existência de alguma falha ou de algo que não se completa na constituição psíquica do autista. Sobre o diagnóstico do autismo, destacamos os riscos dos diagnósticos precoces e normativos, considerando que a constituição psíquica da criança ainda está em formação. E, finalmente, sobre a possibilidade de tratamento, os artigos indicam a necessidade de respeitar a singularidade da pessoa autista e sua forma de estar no mundo, buscando uma aproximação delicada e não invasiva.

**Palavras-chave:** autismo; psicanálise; revisão de literatura.

## Una mirada psicoanalítica sobre el autismo: revisión bibliográfica

**Resumen.** Este artículo es una investigación de revisión de literatura, con el objetivo de identificar algunas de las principales hipótesis explicativas sobre el autismo en psicoanálisis y sus contribuciones respecto a su tratamiento. La búsqueda fue realizada en las bibliotecas virtuales *Pepsic* y *Scielo*, incluyendo los artículos escritos en lengua portuguesa y publicados entre 2012 y 2017. Veintitrés artículos fueron seleccionados y analizados, buscando identificar las hipótesis psicoanalíticas sobre el autismo, propuestas de tratamiento, objetivos, métodos, principales resultados y conclusiones. Los resultados apuntan que los autores más citados fueron Jacques Lacan, seguido de Jean-Claude Maleval, Marie Christine Laznik, Alfredo Jerusalinsky y Maria Cristina Kupfer, todos ellos más o menos identificados con el referencial lacaniano. En lo que se refiere a las hipótesis explicativas, encontramos hipótesis sobre la existencia de alguna falla o algo incompleto en la constitución psíquica del autista. Sobre el diagnóstico de autismo, destacamos los riesgos de los diagnósticos tempranos y normativos, considerando que la

---

\* Graduanda, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. E-mail [jessicsnt@icloud.com](mailto:jessicsnt@icloud.com)

\*\* Doutoranda do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e bolsista CNPq, em regime de cotutela com a Université Paris 8 Saint-Denis (França), São Paulo, SP, Brasil. E-mail [leticiaviermachado@gmail.com](mailto:leticiaviermachado@gmail.com)

\*\*\* Docente de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. E-mail [edomingues@uem.br](mailto:edomingues@uem.br)

constituição psíquica del niño todavía está en formación. Y, finalmente, sobre la posibilidad de tratamiento, los artículos indican la necesidad de respetar la singularidad de la persona autista y su forma de estar en el mundo, privilegiando un enfoque no invasivo.

**Palabras clave:** autismo; psicoanálisis; revisión de literatura.

### **A psychoanalytical view on autism: a literature review**

**Abstract.** This article is a research literature review aiming to identify some of the main explanatory hypotheses on autism in psychoanalysis and their contributions related to its treatment. The search was carried out in Pepsic and Scielo virtual libraries including articles written in Portuguese, published among 2012-2017 period. Twenty-three articles were selected and analyzed with the purpose of identifying the psychoanalytic hypotheses on autism, treatment proposals, objectives, methods, main results and conclusions. Results showed that the most cited authors were Jacques Lacan, followed by Jean-Claude Maleval, Marie Christine Laznik, Alfredo Jerusalinsky and Maria Cristina Kupfer, who are supported by the Lacanian framework. Regarding the explanatory hypotheses, assumptions about the existence of some failure or something that is not completed in the psychic constitution of the autistic were found, leading to highlight the risks of early and normative diagnoses. And, finally, about the possibility of treatment, the articles point out the need of respecting the uniqueness of the autistic person and his way of being in the world, in search of a delicate and non-invasive approach.

**Keywords:** autism; psychoanalysis; literatura review.

Esta pesquisa de revisão de literatura tem como objetivo levantar as contribuições da psicanálise acerca do autismo, assim como identificar as principais hipóteses explicativas da teoria sobre esse na atualidade e, ainda, servir de alicerce, no meio acadêmico, para iniciantes interessados em pesquisar sobre o tema, além da atualização dos pesquisadores da área. Nosso ponto de partida é uma breve retomada da história do autismo na psicanálise<sup>1</sup>.

A construção do autismo como um objeto para a psicanálise remonta ao século XIX, quando não havia condições de possibilidade para conceber a “loucura na criança”. Segundo Marfinati e Abrão (2014), foi a história de Victor de Aveyron que deu voz às psicoses infantis, classe à qual, originalmente, o autismo foi identificado. Victor, um adolescente não oralizado e aparentemente surdo, foi encontrado por caçadores nas florestas do Sul da França, em 1798, e tratado por Jean-Marc-Gaspard Itard. A história de Victor de Aveyron é importante na reconstrução de um percurso histórico sobre o autismo, pois, por meio da sua humanização, constituída a partir do tratamento moral empreendido por Itard, mostrou-se a existência da possibilidade de um tratamento contínuo e construiu-se um novo objeto de estudo, as psicoses infantis. Assim, nas palavras de Marfinati e Abrão (2014, p. 247), “a obra de Itard pode ser considerada como uma das mais importantes de toda a história da psiquiatria, abrindo espaço para a psicanálise adentrar na reflexão que era então prioridade da psiquiatria”.

Apesar da importância da obra de Itard, até metade do século XIX, as enfermidades psíquicas infantis não interessavam aos psiquiatras, pois esses não se centravam nos estudos do desenvolvimento, já que se acreditava fielmente na origem congênita de toda e qualquer “anormalidade”. Foi somente em 1943 que Kanner, ao publicar suas primeiras descobertas, transformou a abordagem acerca do autismo. Leo Kanner, psiquiatra de origem austríaca, desenvolveu um estudo com 11 crianças no hospital John Hopkins, em Baltimore, que apresentavam o seguinte quadro: dificuldades em estabelecer vínculos afetivos e em tolerar modificações no ambiente e na rotina diária. Kanner caracterizou as crianças do seu estudo com

---

<sup>1</sup> O detalhamento das principais ideias do autismo na psicanálise pode ser encontrado em Maleval (2017).

uma incapacidade, desde o nascimento, de estabelecer contato com seu meio. Segundo ele, havia perturbações nas relações afetivas das crianças, incapacidade na utilização da linguagem de maneira significativa, além da presença de distúrbios léxicos e sintáticos, como a inversão de pronomes, a ecolalia e compreensão apenas do sentido literal das palavras (Marfinati & Abrão, 2014).

Quase ao mesmo tempo em que Kanner fez sua publicação, mais precisamente em 1944, Hans Asperger também publicou um estudo sobre um distúrbio o qual ele definiu como Psicopatia Autística. Asperger caracterizou-o como sendo um transtorno severo na interação social, com uso pedante da fala, desajeitamento motor e incidência apenas no sexo masculino (Tamanaha, Perissinoto & Chiari, 2008). Apesar da verossimilhança entre os quadros descritos por Leo Kanner e Hans Asperger, no quadro descrito por Asperger, não havia evidências de prejuízo significativo na área da cognição.

Desenhado um objeto de estudo, Kanner e Asperger forneceram as condições de possibilidade para um debate etiológico sobre a natureza do autismo. Na época, a crença mais defendida era que “o autismo era causado por pais não emocionalmente responsivos a seus filhos – a hipótese da ‘mãe geladeira’” (Klin, 2006, p. 4). Originalmente, foi Kanner quem descreveu a teoria da “mãe geladeira”, entretanto, um dos maiores estudiosos a quem se atribui sua difusão, na década de 1950, é Bruno Bettelheim. Bettelheim interpretava o autismo sob uma perspectiva freudiana, compreendendo o autismo como uma síndrome de alteração do ego, resultante da rejeição inconsciente dos pais. Isso porque a experiência de Bettelheim com o autismo foi atravessada por sua experiência pessoal nos campos de concentração, a partir da qual ele teorizou que toda criança psicótica teria tido condições extremas de vida – em síntese, condições imprevisíveis e geradoras de angústia e sensação de perigo. Para Bettelheim, era função do entorno apaziguar a angústia da criança, caso contrário, produzir-se-ia uma doença crônica. Todavia, essa hipótese da “mãe geladeira” chegou a ser considerada, pelos detratores da psicanálise, como uma das páginas ocultas da história da psicanálise sobre o autismo (Stelzer, 2010).

Seguindo uma perspectiva histórica, Melanie Klein destaca-se como pioneira no tratamento psicanalítico de psicoses infantis. Segundo Marfinati e Abrão (2014), já em 1930, a psicanalista publicou o caso Dick, sobre um garoto de quatro anos cujas características, na ocasião, ainda anterior à caracterização de Kanner, indicavam o diagnóstico de esquizofrenia infantil (psicose) e que, hoje, corresponderiam a um quadro de autismo. Segundo Bosa e Callias (2000), Melanie Klein explicava o autismo levando em conta a inibição do desenvolvimento, ela “supunha tal como Kanner (1943) que tal inibição seria de origem constitucional a qual, em combinação com as defesas primitivas e excessivas do ego, resultaria no quadro do autismo” (Bosa & Callias, 2000, p. 169). Dessa forma, para Melanie Klein, o autismo era representado por uma fragmentação do ego precoce, que gerava desorganização dos processos adaptativos e integrativos, fazendo com que a criança falhasse ao tentar superar a posição esquizoparanóide.

Outro importante nome na trajetória histórica do autismo na psicanálise é Donald Meltzer, um discípulo de Klein. Para ele, uma característica fundamental do autismo é a fragmentação do funcionamento psíquico. Segundo Ávila (2000), Meltzer acreditava que o processo que gera o que chamou de “desorganização da vida mental do autista” ocorria devido a um desmantelamento, por meio do qual as experiências vivenciadas pelo sujeito tornam-se descontínuas.

Nessa trajetória dos psicanalistas kleinianos, citamos também Frances Tustin que, assim como Margaret Mahler, acreditava que, no início da vida, todo bebê passa por uma fase

“autística normal”. Tustin, cuja formação liga-se a um discípulo de Klein, Alfred Bion, é importante neste percurso, porque propôs o conceito de objeto autístico, o qual é tido como enfoque em muitas discussões sobre o autismo e corresponde a um objeto a que a criança tem grande apego, como um cobertor ou um brinquedo, por exemplo. O objeto autístico cumpre a função de tamponar o que a autora chamou de “buraco negro” no autismo, uma cápsula protetora na qual o autista fecha-se. Trataria-se, portanto, de um mecanismo de defesa contra uma angústia arcaica, de aniquilação (Maleval, 2017).

Além dos autores citados, muitos psicanalistas teorizaram sobre o autismo, sem que constituíssem um grupo homogêneo. As discussões envolvem, principalmente, sua posição estrutural, ou seja, o debate sobre o autismo ser uma psicose ou a representação de uma quarta estrutura chamada de “estrutura autística”, diferenciando-se, assim, da estrutura da psicose, da neurose e da perversão.

Tampouco na psiquiatria há um consenso sobre a caracterização do autismo. Segundo Klin (2006), foi somente em 1980 que o autismo foi incluído pela primeira vez no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), editado pela Associação Americana de Psiquiatria, e colocado em uma classe de transtornos, os transtornos invasivos do desenvolvimento (TIDs), permanecendo assim até a 5ª versão do mesmo manual, lançada em 2013, quando passa a integrar os chamados “transtornos do neurodesenvolvimento”, sob a rubrica “Transtorno do Espectro Autista”. Atualmente, as características diagnósticas do autismo, segundo o DSM-V (American Psychiatric Association, 2014, p. 31), são:

Déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Essas características diagnósticas descritas no DSM-V apresentam uma mudança significativa no enquadre daquilo que já foi e que hoje é diagnosticado como autismo. Os antigos “Transtornos Invasivos do Desenvolvimento”, que abrangiam o Autismo, o Transtorno Desintegrativo da Infância, a Síndrome de Asperger e a Síndrome de Rett, foram incluídos, todos, em um único diagnóstico, o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Desse modo, no TEA, estão incluídos vários transtornos, também designados como “graus do autismo”, desde uma perspectiva dimensional – da qual se origina a ideia de espectro.

Assim, psicanálise e psiquiatria entrelaçam-se na clínica psicopatológica da criança, ainda que sigam por linhas paralelas. Segundo Bercherie (2011, p. 134), “a progressão da clínica psicopatológica da criança efetuou-se essencialmente através dos estudos dos psicanalistas e podemos dizer que ela é, cada vez menos, separável dos esforços psicoterápicos a ela consagrados”. Entretanto, apesar desse entrelaçamento inicial, hoje, é possível encontrar pelo menos duas concepções que entendem o autismo de formas distintas: a) uma concepção com enfoque na etiologia orgânica, refratária às concepções do tratamento psicanalítico, com enfoque na reabilitação de comportamentos funcionais; e b) uma concepção que privilegia a interação organismo-ambiente e tem como enfoque a constituição do sujeito no autismo.

Dessa forma, de acordo com o contexto, entende-se que, desde a época de Kanner e Asperger até a atualidade, muito se discute sobre o tema e, apesar de já terem se passado 74 anos desde a publicação de Kanner, ainda há muito a se construir sobre a natureza e o tratamento do autismo.

Tendo em vista as brechas ainda presentes na temática do autismo, este artigo teve como objetivo realizar uma revisão de literatura, que buscou identificar artigos que abordaram o tema “autismo e psicanálise”. A busca foi realizada nas bibliotecas virtuais Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e Scientific Electronic Library Online (SciELO), bases de dados de acesso livre e gratuito que reúnem as principais revistas de psicologia do Brasil. As palavras-chave utilizadas na busca foram “autismo” e “psicanálise”. Os critérios utilizados para selecionar os artigos foram: artigos que incluíssem como palavras-chave “autismo” e “psicanálise”, artigos escritos em língua portuguesa e publicados no período de 2012 a 2017.

Além disso, foram utilizados como critérios de exclusão, artigos sobre autismo e fonoaudiologia, autismo e inclusão escolar. Reconhecemos a indissociabilidade entre terapêutica e educação (Kupfer, 2010; Voltolini & Kupfer, 2017; Lajonquière, 2017), porém, por razões metodológicas, optamos por realizar um recorte sobre a clínica, considerando os limites de um artigo de revisão de literatura.

Foram selecionados 23 artigos e buscamos identificar as hipóteses psicanalíticas sobre o autismo, propostas de tratamento, objetivos, métodos, principais resultados e conclusões das pesquisas. Após a leitura e o fichamento, os artigos foram categorizados de acordo com as temáticas predominantes: diagnóstico, relatos de experiência, autobiografias de autistas, objetos e duplos, linguagem e tratamento psicanalítico.

Após a leitura e análise dos artigos selecionados, pudemos observar que 9 deles correspondem a pesquisas bibliográficas, 8 são estudos de caso, 6 se caracterizam como pesquisa bibliográfica com vinheta clínica e, por fim, 2 deles representam relatos de experiência. Ainda, constatamos que os autores que mais aparecem e, conseqüentemente, que dão base para a reflexão psicanalítica contemporânea acerca do autismo são, primordialmente Jacques Lacan, seguido, de modo geral, por Jean-Claude Maleval, Marie Christine Laznik, Alfredo Jerusalinsky e Maria Cristina Kupfer, todos autores mais ou menos identificados ao referencial lacaniano.

Na seqüência, os resultados da revisão são apresentados segundo uma distribuição temática, considerando o tema principal do artigo, sendo que alguns artigos foram citados em mais de uma categoria.

### **Uma perspectiva crítica sobre diagnósticos normativos**

Os artigos que possuem como tema os diagnósticos abordam, de maneira crítica, a necessidade de cautela na realização desses, argumentando sobre a necessidade de o analista considerar o fato de que o psiquismo, em uma criança, está em constituição (Menéndez, 2012; Silva, 2014; Souza, 2016; Thomas, 2013; Vorcaro, 2016).

Silva (2014) apresenta uma discussão de caso empreendida entre três analistas. Para a autora, é imprescindível que, no tratamento, o analista não assuma apenas uma postura de categorização dos sujeitos de acordo com as classificações diagnósticas, isso porque o sujeito ainda está em processo de formação, é devir e, desta forma, o trabalho do analista deve ir além do diagnóstico. Silva (2014) discute que, por mais complexa que possa ser a clínica do autismo, é fundamental que o analista acredite na singularidade da criança e coloque-se “como um objeto humano vivo para ser usado na transferência” (p.5), buscando, sempre, novas formas de abrir o caminho do sujeito para seu desenvolvimento emocional e para a comunicação com o outro.

Menéndez (2012) utiliza o exemplo do Programa Tratamento e Educação de Crianças Autistas e com Desvantagens na Comunicação<sup>2</sup> (TEACCH), de Eric Schopler, para discorrer sobre aspectos ideológicos e políticos que perpassam o autismo e, conseqüentemente, indagamos a pensar sobre as divergências entre o tratamento cognitivo comportamental e o tratamento psicanalítico de crianças autistas. Menéndez (2012) enfatiza o fato de que devemos pensar na dimensão política que o autismo abarca, problematizando as discussões a respeito da necessidade de cientificidade no tratamento do autismo e defendendo que a ciência possui o intuito de atender às leis do mercado, não correspondendo aos objetivos da psicanálise. O autor argumenta que, na clínica do autismo, não devemos pressupor que a criança é apenas um objeto de cuidados (o que é feito segundo algumas vertentes da psicologia), mas sim considerá-la como um sujeito, não recuando perante as dificuldades do tratamento.

Assim como Menéndez (2012), Thomas (2013, p. 23) critica as estratégias terapêuticas que visam adequar a criança autista a uma norma, argumentando que essas teorias “querem adaptar ‘pedaço por pedaço’ as crianças autistas: o olhar, as mãos, a cognição, a relação social etc.”. Apesar dessa crítica homóloga à de Menéndez, Thomas vai mais adiante e, para além do aspecto normativo, aponta para o caráter discursivo do diagnóstico de autismo, destacando seus efeitos subjetivantes:

Criar nomes novos tem efeitos, entre outros os de produzir pessoas, seus corpos e seus comportamentos. O signo que tomou o nome autismo só toma sentido por se inscrever num conjunto de agenciamentos materiais, discursivos, eróticos. Agenciamentos que não constituem apenas o contexto exterior, mas contribuem para conferir à síndrome do autismo sua própria realização, sua significação e sua consistência. Além disso, as pessoas classificadas como autistas agem sobre a entidade autismo que induz o comportamento delas (Thomas, 2013, p. 9).

Ainda, complementando sua concepção sobre o diagnóstico e o que a criação desse produz, Thomas (2013) enfatiza a necessidade de o psicanalista estar atento a não restringir a criança a essa “entidade” denominada autismo. Ou seja, a autora defende que, talvez, seja mais vantajoso para o analista optar pela imprecisão e empenhar-se em um trabalho analítico que consiga dar voz ao sujeito. Além disso, a autora argumenta que uma estratégia útil para dar voz à criança, é a intervenção por meio do brincar, pois o brincar propõe um jogo social e, conseqüentemente, pode proporcionar uma experiência carregada de estímulos sensoriais afetivos, o que teria valor suficiente para gerar uma resposta afetiva da criança.

Dando seguimento às ideias de Thomas (2013), Vorcaro (2016) também nos induz a refletir sobre o diagnóstico na infância. Segundo a autora, o diagnóstico infantil, por vezes, é equivocado, já que a constituição psíquica da criança está em formação, fato que deve ser levado em conta pelo analista e sustentar o trabalho clínico com crianças. Vorcaro (2016) também reconhece que o analista deve ter cuidado com a determinação da estrutura clínica, enfatizando que é mais vantajoso para ele suportar dúvidas e inquietações a respeito de um diagnóstico do que antecipar um diagnóstico precoce: “a demarcação diagnóstica prévia de uma estrutura clínica é capaz de produzir resistência suficiente para impedir a escuta do inconsciente que resvala às classificações que o pré-concebem” (p. 1).

---

<sup>2</sup> TEACCH é uma metodologia desenvolvida por Eric Schopler na Carolina do Norte, nos Estados Unidos, no início da década de 1970. Ela visa, de maneira geral, promover a adaptação de crianças autistas a partir do desenvolvimento de competências individuais, interesses, identificação de necessidades e habilidades, com enfoque na promoção da autonomia.

Por fim, para Souza (2016), o diagnóstico na infância não passa de uma nomeação “idealista e moralista” e, por isso, a autora defende que, no autismo, é notável que o analista tenha em mente a importância de não produzir um diagnóstico rígido:

Recusar um diagnóstico fechado a uma criança pequena não é deixar de nomear seu sofrimento: o que se faz é ir nomeando os passos dessa criança em seu percurso de constituição subjetiva, sua angústia, os restos que vai deixando, os emaranhados de nós de seus impasses afetivos e de enlace com o outro. Nomeia-se, desse modo, a singularidade e não se promove seu apagamento por meio de diagnósticos homogêneos, generalistas e segregadores (Souza, 2016, p. 6).

### **Da teoria à prática: experiências institucionais com crianças diagnosticadas autistas**

Dos 23 artigos selecionados, três possuíam como enfoque a apresentação de experiências e/ou estágios institucionais com crianças autistas: Bentata (2014) apresenta um Centro de Acolhimento Parcial, Falek (2013) introduz uma experiência universitária e Machado (2016) expõe uma experiência em uma instituição belga.

Falek (2013) apresenta o projeto de pesquisa TECER, realizado na Universidade de São Paulo, entre os anos 2002 e 2007, o qual oferecia atendimento psicológico gratuito e contava com um amplo espaço para realização de oficinas. O projeto não era centrado no atendimento psicanalítico propriamente dito, mas sim em oficinas realizadas pelas crianças e, segundo Falek, era frutífero trabalhar com esse enfoque coletivo. Segundo a autora, o projeto possibilitou-a entender a real importância do analista de ocupar-se “do jogo erótico estabelecido entre mãe e criança, tentando cultivar uma transferência e, ainda, criar com a criança uma transferência” (Falek, 2013, p. 3). E, a partir de sua experiência, ela defende ser possível estabelecer a transferência com crianças autistas, isso porque há diferentes possibilidades de subjetivação humana e, por conseguinte, diferentes formas de estabelecer-se uma relação transferencial.

Machado (2016) também faz um relato de experiência em uma instituição que acolhe crianças e jovens autistas e psicóticos, com caráter de não urgência. Nessa instituição, chamada “Courttil”, ocorre a aplicação da psicanálise por meio de uma modalidade clínica denominada “prática entre vários”. A modalidade “entre vários” é uma “variante da psicanálise aplicada”, que possui como princípio a ideia de que a psicanálise não precisa de uma duração determinada ou de lugar específico para acontecer, pois o que é necessário é o trabalho do analista com a palavra. Segundo Machado (2016), a “prática entre vários” pode ser muito benéfica, uma vez que permite uma maior mobilidade na equipe, já que a criança autista não se fixa em um único parceiro e, conseqüentemente, o analista não se fixa a uma única criança. Vê-se, portanto, a partir das experiências de Falek (2013) e Machado (2016), a importância do coletivo e do atendimento em equipe para o tratamento de crianças autistas, a fim de diluir a transferência que aí se estabelece.

Na esteira dos trabalhos com grupos, Bentata (2014) apresenta um Centro de Acolhimento Terapêutico em Tempo Parcial (CATTP), a fim de mostrar a importância das instituições como dispositivos no tratamento da criança autista. O autor destaca que as instituições, articuladas com as sessões analíticas individuais, assumem um papel importante, pois funcionam como um lugar de acolhimento, onde a criança autista pode participar de um grupo, aplicar aquilo que vem desenvolvendo no tratamento psicoterapêutico e, conseqüentemente, funcionam como um lugar de “acolhimento e de sociabilidade onde os terapeutas podem ocupar a função de um mediador institucional para seus pacientes” (Bentata, 2014, p. 2).

## **Autobiografias de autistas: a escrita como artifício terapêutico**

A temática das autobiografias foi presente em 8 artigos, todos produções da autoria de Marina Bialer (2014a; 2014b; 2014c; 2014d; 2014e; 2015a; 2015b; 2016). A autora escreve sobre a exposição de autobiografias de autistas a fim de explicar especificidades do funcionamento psíquico dos autistas, além de mostrar a viabilidade desses indivíduos em desenvolver capacidades psíquicas por meio da escrita e do que ela lhes proporciona.

A autora mostra-nos que os autistas caracterizam a escrita como um espaço para autodescobrirem-se. Isso porque, como defende Bialer (2014d), devido a uma desconexão entre psiquismo e corpo causada pela ausência do traço simbólico, o autista possui dificuldade de expressar-se por meio da fala, encontrando, na escrita, uma estratégia para comunicar-se e descobrir-se. Sobre a ausência do registro simbólico, é importante salientar que, de acordo com a autora, no autismo, o traço simbólico não se instaura devido à falta do traço do gozo do Outro, ou seja, devido à dificuldade do sujeito de oferecer-se como objeto ao outro e, por isso, a escrita é um mecanismo que pode possibilitar:

A extensão dos pseudópodes em direção ao outro humano, favorecendo o laço social, permitindo a organização do pensamento e viabilizando importantes funções auto terapêuticas, o que traz eficazes balizas para a clínica do autismo e a importância terapêutica da escrita autobiográfica para diversos escritores autistas (Bialer, 2014d, p. 10).

Além disso, como expõe Bialer (2014c), as autobiografias são escritas com o intuito de trazer para a percepção dos leitores algumas características do isolamento autístico e as singularidades de seu funcionamento psíquico. Os autores das autobiografias não caracterizam o autismo como uma doença, mas como um modo de ser, como uma forma de constituição psíquica. A partir dessa ideia, esses sujeitos utilizam a escrita para desenvolver um trabalho reflexivo e superar dificuldades.

Para Bialer (2015b), a escrita autobiográfica possui efeitos terapêuticos, principalmente no caso de autistas não verbais, já que os autistas, ao escreverem, conseguem contar um pouco de seu sofrimento e explicar alguns comportamentos. A escrita apresenta um duplo efeito, pois, além de permitir a mudança do lugar do autista no laço social, também viabiliza um trabalho organizador de pensamentos e de sentimentos. Além disso, Bialer (2014c, p. 12) argumenta que esse material é riquíssimo para a atuação clínica, pois mostra-nos a importância de “escutar, na singularidade de cada caso, quais estratégias já utilizadas por cada autista, quais suas angústias fundamentais e quais são suas maneiras de tratá-las”.

Os trabalhos da autora acerca das autobiografias proporcionam-nos adentrar, mesmo que de maneira superficial, a realidade desses sujeitos. Um exemplo dessa inserção é dado quando Bialer (2014d) discorre sobre como as estereotípias, muitas vezes vistas como barreiras, são compensatórias para os autistas. Essas “estereotípias” podem permitir que os autistas criem barreiras de proteção corporal e de controle da entrada de estímulos externos, ou seja, elas são capazes de promover, segundo os escritos autobiográficos, segurança frente ao mundo saturado por diversidades sensoriais no qual eles vivem.

Outro importante tema elencado por Bialer (2014a) é o das bordas-protetoras, sejam elas objetos, um duplo<sup>3</sup> ou ilhas de competência<sup>4</sup>. Segundo a autora, assim como a escrita, as bordas também funcionam como compensatórias à falta da incorporação do significante. Os autistas podem usar essas bordas para afrouxar a necessidade de controle do mundo ao investirem o gozo transbordante nessas, ou ainda, as bordas também podem permitir aos autistas uma extensão de seu encapsulamento, isto é, podem ajudá-los a participar de interações sociais com o mundo. Por meio do que expõe a autora, fica clara a necessidade de respeitar a ligação dos autistas com as bordas, já que, nas palavras de Bialer (2014a, p. 10), “É importante, justamente, considerar os interesses particulares de cada autista, respeitando a zona de proteção que ele criou para se proteger da angústia”.

Já em seus dois outros artigos (2014e; 2015a), Bialer (2015a) relata a experiência de Donna Williams e os efeitos terapêuticos dos duplos-imaginários. Donna Williams foi uma artista australiana, célebre pelas publicações de suas autobiografias na década de 1990. De acordo com Bialer, os duplos-imaginários, os quais também exercem atividade compensatória, auxiliam o autista a encontrar uma dinâmica pulsional e a regular a economia do gozo, ajudando na construção da própria imagem corporal. Por isso, para Bialer (2015a), esses duplos podem funcionar como um ego auxiliar e proteger o autista, o que justifica sua ação terapêutica. Além disso, Bialer (2014e) evoca Donna Williams para discorrer sobre a inserção do analista na terapêutica com crianças autistas. Por meio de sua análise da obra de Williams, Bialer (2014e) defende que, em primeiro lugar, o analista deve acreditar que, na criança, existe um sujeito permeável aos efeitos da palavra e que, em seguida, deve adentrar de maneira delicada no circuito autístico, identificando-se com os automatismos da criança e/ou posicionando-se de forma discreta a um objeto-borda.

Dessa forma, de acordo com Bialer (2014e), é por meio da inserção delicada que o analista pode modificar o circuito autístico a fim de tentar ajudar a criança a dar alguns passos em direção ao mundo. Ademais, é importante frisar que a autora deixa claro o fato de não existir um modelo *a priori* de tratamento, mas sim a necessidade de invenção por parte do analista no momento de inserção. O analista deve visar à singularidade e às aptidões de cada criança para que, assim, tente gerar nessa um pouco de interesse em adentrar o laço social. Essa é uma direção de tratamento presente em diversos autores que se orientam pela psicanálise.

Bialer (2014b) discorre sobre os contos do escritor Tito Mukhopadhyay, que usou a escrita autobiográfica, assim como os outros escritores, para expressar-se no isolamento autístico. Bialer utiliza os contos de Tito e suas experiências com espelhos, para mostrar como esse objeto compensatório funciona como um apoio egoico. Para a autora, a imagem que é refletida no espelho, seja de objetos como de objetos-outros (sujeitos), ajudou Tito, e pode ajudar outros autistas, a constituir a imagem de si próprio e das suas funções corporais. Além disso, Bialer (2014b) argumenta que é extremamente necessário encontrar esses apoios compensatórios para o tratamento do gozo, já que o autismo é caracterizado pela não instauração do terceiro tempo do circuito pulsional<sup>5</sup> e, logo, pela falha na atuação do gozo no campo do Outro.

---

3 Duplo: corresponde a um sujeito ou invenção imaginária que permite a alguns autistas uma identificação mimética.

4 Ilhas de Competência: correspondem aos interesses específicos demonstrados por cada autista, como exemplo arte, música, física, etc.

5 Segundo Laznik (2004), o 1º tempo é caracterizado pela busca do bebê pelo seio (objeto oral); o 2º tempo pela capacidade do bebê de satisfazer-se por meio do autoerotismo e da alucinação de satisfação (como quando o bebê chupa o próprio dedo, por exemplo); e, por fim, o 3º tempo, que possui como característica o assujeitamento do bebê ao outro, ou seja, no 3º tempo pulsional o bebê oferece-se, de maneira ativa, como objeto para o outro. Dessa forma, acredita-se que, em crianças autistas, não ocorre a instauração do 3º tempo pulsional, gerando a falha no desejo de ser captado pelo gozo do outro.

Por fim, Bialer (2016) apresenta-nos, com mais detalhes, a função da escrita a partir de outros contos de Tito. Ela enfatiza que Tito utilizou a escrita para tentar traduzir à “lógica” do seu autismo, a sua falta de sua ancoragem simbólica e sua dificuldade de regular a energia libidinal. De maneira geral, Bialer utiliza os contos para enfatizar como os duplos podem se constituir como pilares na construção do próprio corpo do autista e para alertar que, na clínica, ainda existe a necessidade de “uma abertura para o respeito da diferença do outro humano” (Bialer, 2015b, p. 10).

Assim, os trabalhos de Bialer indicam a função da escrita como terapêutica na vivência do autista, quando interpretada à luz da psicanálise. Por meio da escrita, faz-se borda ao corpo, inscrevem-se as vivências no registro simbólico – de modo que a angústia seja menos real –, e promove-se a entrada do autista no laço social, por meio do compartilhamento de suas vivências.

### **Objetos e duplos no autismo: estratégias fundamentais**

Assim como os artigos de Bialer, os artigos de Araújo, Furtado e Santos (2017); Lucero e Vorcaro (2015); Souza (2016) também discorrem sobre as estratégias terapêuticas criadas pelos autistas.

Lucero e Vorcaro (2015) abordam o uso de objetos no tratamento psicanalítico da criança autista e, para dar início a essa reflexão, retomam a obra *Além do princípio do prazer* (1920), escrita por Freud, defendendo que as observações atuais parecem indicar que, no autismo, as crianças não percebem os objetos como pertencentes à realidade, mas sim os incorporam em seus funcionamentos autoeróticos, automaticamente, regidos pelo princípio do prazer. Além disso, as autoras defendem que, no autismo, há uma precariedade da pulsão de vida em estabelecer as relações com o mundo externo e, conseqüentemente, um predomínio da pulsão de morte que visa manter as excitações em um nível baixo. Lucero e Vorcaro (2015) entendem que os autistas possuem uma necessidade de manter as excitações em nível baixo, entretanto, eles não conseguem deslocar essas excitações (o gozo) em direção ao outro e, por isso, o que deve ser tratado no autismo é justamente o deslocamento dessas excitações para que o simbólico possa se inscrever e, por conseqüência, estabelecer laço social.

Apesar dessas colocações, Lucero e Vorcaro (2015) não desconsideram o fato de que os autistas possuem um contato singular com o mundo externo, para elas, o que ocorre no autismo é a recusa do sujeito em alienar-se ao Outro. Porém, elas argumentam que, apesar dessa recusa, o autista não consegue ficar totalmente fora da linguagem. Para Bonnat (2008), citado por Lucero e Vorcaro (2015), as crianças autistas sustentam seu universo subjetivo em objetos reais, assim, há a necessidade de apoiarem-se sobre esses objetos para manter a distância necessária do outro. Dessa forma, os objetos operam como bordas para o corpo do “sujeito privado de aparelhagem imaginária”, ou seja, um corpo real de que o sujeito não pode se dissociar e, conseqüentemente, é “apenas a partir de uma imagem real, forjada a partir dos objetos, que o autista pode estabelecer uma ‘troca’ com os outros” (Lucero & Vorcaro, 2015, p. 315). Como conseqüência da ausência de um corpo imaginário, as autoras sugerem que uma abordagem clínica interessante é o trabalho com os objetos autísticos e, a partir deles, o analista pode buscar entender o que esses objetos traduzem sobre a criança e, assim, tentar estabelecer uma troca mediada. No mesmo sentido, Souza (2016) complementa o valor de “ferramentas” adquirido pelos objetos autísticos, podendo funcionar como disparadores do trabalho clínico.

Dessa forma, Lucero e Vorcaro (2015) defendem a não retirada dos objetos autísticos da criança, na contramão do que preconizam outras abordagens terapêuticas, e apoiam-se na argumentação de Maleval (2017) de que os objetos proporcionam proteção à criança, enfatizando que essa é uma das maneiras que o indivíduo encontra para adaptar-se ao mundo. Ainda, elas reconhecem que “apenas a partir de uma imagem real, forjada a partir dos objetos, que o autista pode estabelecer uma ‘troca’ com os outros” (Lucero & Vorcaro, 2015, p. 6), ressaltando a importância dos objetos para integrar o corpo do autista.

Araújo et al. (2017) discorrem sobre os duplos no autismo e, para eles, a criança autista, como qualquer outra, possui suas particularidades, buscando maneiras próprias de habitar o laço social. Assim, o duplo configura-se como uma dessas estratégias, sendo fundamental na constituição do eu e funcionando como “um mecanismo de recusa frente ao possível despedaçamento do eu e apaziguamento da angústia não regulada pelo simbólico” (Araújo et al., 2017, p. 7). Dessa forma, por meio do duplo, ocorre a tentativa de dominar uma energia demasiada, na qual a criança autista visa desviar o gozo do corpo a fim de proporcionar sua própria segurança e defesa: “o autista se dedica a criar uma borda que o separa do mundo caótico, confinando-o ao seu mundo povoado de objetos, controlado e seguro, protegendo-se assim do Outro real e invasor” (Araújo et al., 2017, p. 8).

O duplo funciona como barreira protetora e amparo subjetivo, que barra um pouco a entrada massiva do outro para o autista, sendo útil, seja ele uma pessoa ou um objeto, porque produz essa fronteira entre o eu e o outro, delimitando os limites nos quais o laço pode acontecer. Seu uso como recurso clínico facilita a circulação da criança no mundo ao auxiliar os autistas a “transitar entre os diversos espaços e ter acesso a possibilidades de convívio, de forma segura para eles e segundo as particularidades que apresentam” (Araújo et al., 2017, p. 13), portando-se como uma espécie de suporte para a criança.

Ademais, os autores explicam, amparados nas formulações lacanianas sobre os três registros (Real, Simbólico e Imaginário), que, na clínica do autismo, evidenciam-se crianças que possuem um gozo não mediado pelo registro simbólico e que, conseqüentemente, ele se apresenta no real do corpo. A tentativa de dominar este excesso que se apresenta no corpo, por falta de mediações simbólicas para representá-lo e, portanto, atenuá-lo, conduz os autistas a lançarem mão da estratégia do duplo.

## **Autismo e linguagem**

Parte dos trabalhos elencados na revisão compõe uma teorização sobre a estruturação da linguagem no autismo e, ainda, sobre alguns distúrbios da oralidade (Azevedo & Nicolau, 2017; Dias, 2016; Moraes & Lerner, 2016; Travaglia, 2014).

Para Azevedo e Nicolau (2017), nos quadros de autismo, algo no percurso da constituição psíquica falha, fazendo com que o sujeito passe a se implicar de forma diferente no mundo, principalmente na sua relação com a linguagem. Assim como outros autores já abordados, Azevedo e Nicolau (2017) adotam a noção de que a criança autista não se aliena ao Outro devido a uma falha no circuito pulsional, a qual gera, como consequência, uma dificuldade da criança de oferecer-se como objeto ao outro: “a alienação diz respeito justamente ao surgimento de um novo sujeito, alinhado ao Outro, que ocorre no terceiro tempo do circuito, mas que, nas crianças diagnosticadas com autismo, não se observa” (Azevedo & Nicolau, 2017, p. 2-3).

Ainda, Azevedo e Nicolau (2017) alegam que o fracasso no processo de alienação está intimamente ligado ao fracasso na entrada na linguagem, pois, segundo a autora, a criança autista recusa-se a entrar na linguagem como uma forma de resistir ao Outro. Além disso, baseada nas ideias de Alfredo Jerusalinsky, Azevedo e Nicolau (2017) explicam que, para adentrar na linguagem, o sujeito precisa se reconhecer no Outro, função de reconhecimento que não comparece no autismo. Contudo, argumentam que é necessário admitir que, na criança autista, existe um sujeito e, por isso, deve-se observar as manifestações linguísticas peculiares dessas crianças e até mesmo a recusa delas em manifestarem-se, tomando esses atos como produções que emanam do sujeito e que têm algo a dizer sobre suas possibilidades de estar no laço, assim como sobre suas limitações.

A linguagem é fundamental na constituição do sujeito devido à ação da pulsão invocante sobre o real do corpo do bebê, caracterizada pela “pulsionalização da voz enquanto objeto” (Azevedo & Nicolau, 2017, p. 11). A voz, advinda do Outro primordial – frequentemente, encarnado pela mãe –, e transmitida ao bebê por meio da fala musicalizada e ritmicizada, mas que chega ao bebê num primeiro tempo sem valor significativo, como pura cadência de sons, é progressivamente incorporada pelo *infans* garantindo sua inscrição no campo da linguagem. Dito de outro modo, a pulsão invocante é o investimento pulsional do bebê na voz do Outro, que lhe é endereçada para que, em um segundo tempo, o bebê transforme os sons em significantes, tomando-os para si e, assim, alienando-se forçosamente à dimensão simbólica da linguagem (Travaglia, 2014).

Entretanto, nos casos de autismo, não ocorre essa pulsionalização da voz, isto é, existe uma falha na passagem do som à voz e, assim, a voz não consegue tornar-se objeto da pulsão, nem se instalar como função psíquica. Fundamentando-se nas ideias de Marie-Christine Laznik, Azevedo e Nicolau (2017, p. 12) enfatizam a importância do *manhês* (fala prosódica materna) para que ocorra a “pulsionalização do ato de escuta do bebê e, inclusive, para sustentar uma ‘protoconversa’ com o cuidador”. Desse modo, mesmo que não se estabeleça ainda uma conversa, posto que não há significantes incorporados no bebê, mas pura cadência sonora, a protoconversa introduz alternâncias entre fala e escuta, presença e ausência, convocando o bebê a assumir a posição de sujeito por supô-lo onde ainda não o é, antecipando-o em sua posição de falante (sujeito da enunciação) (Travaglia, 2014). Na esteira dessa discussão, Moraes e Lerner (2016) defendem a importância da característica prosódica do *manhês*. Para eles, “a música presente na voz da mãe faz um chamamento irresistível, uma pressão de aceitação, por parte da criança, do significativo, deixando esse traço onde, posteriormente, a palavra poderá germinar” (p. 6), e propõem que uma das alternativas de tratamento consiste na aproximação da criança com a musicalidade, a fim de tentar facilitar uma conexão com o outro.

Para Dias (2016), a oralidade é uma das fases do desenvolvimento que se impõem como importantes para que a criança continue no caminho da constituição psíquica. No entanto, no autismo, a criança “fixa-se nas formas mais primitivas de relação e a oralidade assume sua prevalência, sendo que a boca tem primazia atuando apenas como orifício e não como objeto erógeno que faz ligação, não suportando perder qualquer objeto englobado por incorporação” (Dias, 2016, p. 5). O autor ressalta que os autistas podem começar a constituir um tipo de relação com os outros, que se estabelece pela boca, ou seja, elas podem passar a “construir sua relação com os objetos e com os outros onde a primazia é oral, da boca, trazendo como questão um vazio devorador que se expressa por meio dos distúrbios da oralidade” (Dias, 2016, p. 8).

Por fim, o artigo de Travaglia (2014) também convoca a pensar sobre como ocorre a incorporação da voz e a sua operação na qualidade de objeto pulsional. Para Travaglia (2014),

o poder musical da voz (*manhês*) é relevante para o desenvolvimento da criança, já que abre caminho para a palavra, para os significantes, e convoca o sujeito para adentrar no mundo da linguagem. Entretanto, para a autora, o autista adentra a linguagem de forma conflituosa, o que não permite que esse “assuma a posição de enunciação, de sujeito do inconsciente” (Travaglia, 2014, p. 3). Parte das discussões e embates entre correntes e escolas de psicanálise ocupa-se desta divergência: o fato de existir ou não sujeito no autismo, referenciado, neste contexto, ao sujeito do inconsciente.

### **O tratamento psicanalítico do autismo: um processo em construção**

Apesar da extensa quantidade de artigos que abordam o tema do autismo, poucos possuem como foco principal o tratamento. Nesta busca, foram encontrados sete artigos que citavam questões referentes ao tratamento psicanalítico com crianças autistas: Azevedo e Nicolau (2017), Bialer (2014a), Lucero e Vorcaro (2015), Untoiglich (2013), Wajntal (2013).

Refletindo sobre as proposições que apareceram sobre o tratamento psicanalítico do autismo, pudemos perceber que, no artigo de Bialer, a autora propõe que o tratamento deve ser feito com enfoque nas estratégias particulares criadas pelos próprios sujeitos, enfatizando a necessidade do analista de valorizar as soluções singulares inventadas por cada autista e argumentando que o analista pode potencializá-las a partir do laço transferencial. Para Bialer (2014a, p. 6), o analista deve exercer essa potencialização por meio de uma atuação sutil, “ocupando o lugar de um duplo não demasiadamente presente, mas que pode fazer barreira ao gozo em excesso quando necessário. Trata-se, pois, de uma presença dócil, não invasiva, mas capaz de atos de limitação do gozo invasivo”. Além disso, no artigo de Lucero e Vorcaro (2015), pudemos perceber a mesma linha de pensamento de Bialer, na qual as autoras defendem que a conduta do analista deve ser de sempre focar nas próprias estratégias inventadas pelo sujeito: “a principal conduta no atendimento psicanalítico às crianças autistas é fazer valer no tratamento as defesas que o sujeito foi capaz de estruturar, pois isto é o próprio sujeito, o que lhe é mais singular” (Lucero & Vorcaro, 2015, p. 8).

No mesmo sentido, Azevedo e Nicolau (2017) enfatizam que a clínica psicanalítica do autismo é possível, já que devemos, sempre, visar à singularidade do sujeito. Assim, é necessário que o analista trabalhe com aquilo que o sujeito inventou para comunicar-se, isto é, que o analista consiga “tornar como objeto de escuta uma fala que, muitas vezes, apresenta-se por manifestações verbais e motoras, como sons, gritos e agitações, não endereçadas a um outro.” (Azevedo & Nicolau, 2017, p. 14)

Untoiglich (2013) adota um posicionamento semelhante ao dos demais autores já citados. Para ela, é necessário explorar a capacidade de inovação tanto do analista, quanto da psicanálise, ressaltando a necessidade do analista de prestar atenção nos gestos singulares de cada criança. É necessário pensar em um tratamento que não sobrecarregue a criança e seus pais, atribuindo a eles um lugar no tratamento que seja aquele do restabelecimento ou da construção de um vínculo prazeroso, fortalecendo, com eles, o fato de que há, neles, um saber sobre a criança.

Para Wajntal (2013), o primeiro desafio na clínica do autismo é pensar na estruturação psíquica. Segundo a autora, manter uma transferência nessa clínica é extremamente difícil e, por isso, Wajntal (2013) argumenta que o analista, sobretudo, deve ter em mente que:

O trabalho clínico com crianças com dificuldade de contato se foca no eixo da alienação. Isto é, a escuta analítica foi na direção de instituir, partindo do discurso parental, um campo de desejo para essas crianças, que não fosse apenas vivido como um horror de exclusão (Wajntal, 2013, p. 3).

Dito de outra forma, a manobra na clínica do autismo consiste, na esteira de Wajntal (2013), na criação de uma brecha, a partir do discurso parental, para que a criança possa constituir sua existência desde uma posição desejante.

## Considerações finais

O objetivo do presente artigo foi identificar algumas das principais hipóteses explicativas da psicanálise sobre o autismo, assim como levantar a contribuição dessa sobre as possibilidades de tratamento.

No que concerne às hipóteses explicativas, apesar das teorizações acerca da organização pulsional dos autistas e de possíveis novas modalidades de constituição do Eu a partir do duplo autístico, dos objetos autísticos, etc., e de suas respectivas implicações na prática clínica, percebemos que ainda há uma grande discussão sobre quais seriam as hipóteses explicativas da psicanálise sobre o autismo. Em alguns momentos, os artigos adotam a hipótese explicativa que engloba a questão da falha no circuito pulsional, a falha na alienação ao Outro e a não instauração do registro simbólico, entretanto, percebemos que não há uma única explicação a respeito dessa. O que identificamos em comum entre elas é a existência de alguma falha ou de algo que não se efetiva na constituição psíquica da pessoa autista.

Constatamos que os autores mais citados e, conseqüentemente, que dão base para a reflexão psicanalítica contemporânea acerca do autismo nos artigos selecionados são, primordialmente, Jacques Lacan, seguido, de modo geral, por Jean-Claude Maleval, Marie Christine Laznik, Alfredo Jerusalinsky e Maria Cristina Kupfer, todos autores mais ou menos identificados ao referencial lacaniano. Esses autores fundamentam as hipóteses explicativas sobre o autismo e, conseqüentemente, sobre seu tratamento.

Em relação ao diagnóstico e ao tratamento psicanalítico do autismo, os artigos apontam para os riscos dos diagnósticos precoces e normativos que não consideram a singularidade da criança e sua condição de sujeito em constituição. A nomeação, efeito do ato de diagnosticar, conduz a efeitos subjetivantes e pode produzir marcas que caminham na contramão do tratamento, no sentido de cristalizar o sujeito, ao invés de produzir aberturas no laço com o outro.

Quanto ao tratamento, as discussões levantadas pelos artigos apontam para a importância da articulação coletiva na defesa do compartilhamento entre pares e do trabalho com grupos em diferentes contextos, favorecendo a diluição da transferência no trabalho com os autistas. Assim, lançando mão desse e de outros recursos, como a importância do duplo e dos objetos singulares eleitos por cada um, na contramão da normatividade presente em determinadas terapias, que ganham visibilidade na era da adaptação, o tratamento pode auxiliar na organização pulsional dos autistas.

Por fim, as produções sobre autobiografias na interface entre psicanálise e autismo reiteram a necessidade de considerar a experiência dos próprios autistas, reafirmando que não há *a priori* para recolocar em cena a dimensão da singularidade de cada sujeito, possibilitando uma escuta daqueles apontados como incapazes de dizer. A aposta da psicanálise reside, portanto, na intervenção que respeite a forma do autista de ser e de estar no mundo, buscando uma aproximação delicada e não invasiva.

## Referências

- American Psychiatric Association. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais* (A.V. Cordioli, C.T.B. da Silva, I.C. Passos, C. Kieling, M.T. Barcellos, trad.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Araújo, A. R. A., Furtado, L. A. R. & Santos, S. F. P. (2017). A noção de duplo e sua importância na discussão do autismo. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 20(2), 357-370. doi: <https://doi.org/10.1590/1809-44142017002005>.
- Ávila, L. A. (2000). Psicanálise, educação e autismo: encontro de três impossíveis. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 3(1), 11-20. doi: <https://doi.org/10.1590/1415-47142000001002>.
- Azevedo, P. M. M. & Nicolau, R. F. (2017). Autismo: um modo de apresentação do sujeito na estrutura de linguagem. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 22(1), 12-28. doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v22i1p12-28>.
- Bentata, H. (2014). O autismo hoje em dia: quais os pontos de apoio institucionais no tratamento das crianças autistas?. *Estudos de Psicanálise*, 41, 87-92.
- Bercherie, P. (2011). A clínica psiquiátrica da criança: estudo histórico. In O. Cirino, *Psicanálise e psiquiatria com crianças: tria com crianças desenvolvimento ou estrutura* (pp 127-144). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Bialer, M. (2014a). Algumas estratégias de (auto) tratamento do autista. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 19(1), 150-162. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i1p150-162>.
- Bialer, M. (2014b). Espelhos no autismo: alicerces para a criação de um estofo imaginário. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 19(2), 294-308. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p294-308>.
- Bialer, M. (2014c). Literatura de autistas. *Estilos da Clínica*, 19(3), 451-464. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i3p451-464>.
- Bialer, M. (2014d). A lógica do autismo: uma análise através da autobiografia de um autista. *Psicologia em estudo*, 19(4), 645-655. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-73722374307>.
- Bialer, M. (2014e). Do isolamento autístico à extensão dos pseudópodes em direção aos outros no autismo. *Reverso*, 36(68), 55-61.
- Bialer, M. (2015a). O apoio no duplo autístico na construção do imaginário no autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 20(1), 92-105. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v20i1p92-105>.
- Bialer, M. (2015b). A escrita terapêutica no autismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 18(2), 221-233. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2015v18n2p221.3>.
- Bialer, M. (2016). A escrita terapêutica do autista-escritor Tito Mukhopadhyay. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 21(2), 390-411. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i2p390-411>.

- Bosa, C. A. & Callias, M. (2000). Autismo: breve revisão de diferentes abordagens. *Psicologia: reflexão e crítica*, 13 (1), 167-177. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722000000100017>.
- Dias, L. A. C. A. (2016). Que boca grande você tem! Articulações sobre os distúrbios da oralidade no autismo. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19 (3), 555-568. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n3p555.13>.
- Falek, J. (2013). Para concluir um projeto de pesquisa. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 18(3), 591-612. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i3p591-612>.
- Klin, A. (2006). Autismo e síndrome de Asperger: uma visão geral. *Revista Brasileira Psiquiatria*, 28, 3-11. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1516-44462006000500002>.
- Kupfer, M.C. & Voltolini, R. (2017). Tratar e educar o autismo: cenário político atual-entrevista com Pierre Delion. *Educação e Pesquisa*, 43(3), 917-930. doi: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022017430300201>.
- Kupfer, M.C. (2010). O sujeito na Psicanálise e na Educação: bases para a educação terapêutica. *Educação & Realidade*, 35 (1), 265-281.
- Lajonquière, L. (2017). Elucidação comparativa dos estudos em psicanálise e educação na França e no Brasil: a psicanálise aplica-se à educação? *Educar em revista*, 64, 19-33. doi: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.49813>.
- Laznik, M. C. (2004). *A voz da sereia: o autismo e os impasses na constituição do sujeito*. (Cláudia Fernandes Rohenkolet al., trad.). Salvador, BA: Ágalma.
- Lucero, A. & Vorcaro, A. (2015). Os objetos e o tratamento da criança autista. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(3), 310-317. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/931>.
- Machado, L. V. (2016). Rua da Fronteira, nº 14: fragmentos da singularidade de uma experiência. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 21(1), 218-234. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i1p218-234>.
- Maleval, J. C. (2017). *O autista e a sua voz*. (Paulo Sérgio de Souza Jr., trad.). São Paulo, SP: Blucher.
- Marfinati, A. C. & Abrão, J. L. F. (2014). Um percurso pela psiquiatria infantil: dos antecedentes históricos à origem do conceito de autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 19(2), 244-262. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p244-262>.
- Menéndez, R. (2012). Autismo: uma questão de ciência ou de ideologia?. *Estudos de Psicanálise*, 38, 115-124.
- Moraes, L. T. T. & Lerner, R. (2016). Contribuições da noção de pulsão invocante à clínica do autismo e da psicose. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 19(4), 720-736. doi: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2016v19n4p720.10>.
- Silva, M. C. P. D. (2014). Três analistas e um paciente: diálogos analíticos sobre uma criança com autismo. *Jornal de Psicanálise*, 47(87), 143-161.
- Stelzer, F. G. (2010). *Uma pequena história do autismo*. Cadernos Pandorga de Autismo, v. 1. São Leopoldo, RS: Editora Oikos.

- Souza, C. R. (2016). A amarração sinthomática nas vias de um autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 21(3), 599-617. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p599-617>.
- Tamanaha, A. C., Perissinoto, J. & Chiari, B. M. (2008). Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do autismo infantil e da síndrome de Asperger. *Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia*, 13(3): 296-299.
- Thomas, M. C. (2013). Introdução para uma genealogia do autismo. *Tempo psicanalítico*, 45(2), 339-366.
- Travaglia, S. A. A. (2014). Autismo e os primórdios da palavra: pulsão invocante, corpo e linguagem. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 19(2), 263-276. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v19i2p263-276>.
- Untoiglich, G. (2013). As oportunidades clínicas com crianças com sinais de autismo e seus pais. *Estilos da clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 18(3), 543-558. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i3p543-558>.
- Vorcaro, A. M. R. (2016). Paradoxos do diagnóstico psicanalítico nos autismos. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 21(3), 736-755. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v21i3p736-755>.
- Wajntal, M. (2013). Reflexões sobre a clínica do autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a infância com problemas*, 18(3), 532-542. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v18i3p532-542>.

**Revisão gramatical:** Gabriele Pecuch Pinto  
**E-mail:** [gabrielepecuch@hotmail.com](mailto:gabrielepecuch@hotmail.com)

Recebido em agosto de 2019 – Aceito em abril de 2020.